

Notícias Sindicais, 28/05/14

O Globo, 28/05/14

Rodoviários decidem por nova paralisação de 24 horas no Rio

Após tomarem decisão em assembleia na Candelária, profissionais saíram em passeata pelo Centro

RIO — Após uma discussão que durou apenas três minutos, cerca de 150 rodoviários dissidentes do Sindicato dos Trabalhadores de Transporte Urbano (Sintraturb) decidiram, em assembleia nesta terça-feira na Candelária, no Centro, fazer uma nova paralisação de 24 horas, a partir do primeiro minuto desta quarta-feira. Depois da reunião, o grupo seguiu em passeata pela pista central da Avenida Presidente Vargas, sentido Praça da Bandeira, e na altura da Central do Brasil se dispersou, por volta das 19h45m.

Na sexta-feira à tarde, os rodoviários farão nova assembleia. Se as reivindicações não forem atendidas, afirmam que poderão votar por uma greve por tempo indeterminado, a ser iniciada na próxima segunda-feira, dia 2. A paralisação desta quarta-feira poderá afetar dois milhões de passageiros.

Nesta terça-feira, logo após a decretação da paralisação dos rodoviários, a prefeitura divulgou um plano de contingência para minimizar os impactos. Haverá reforço da PM nas saídas das garagens de ônibus dos quatro consórcios e nas estações do BRT Transoeste, para evitar piquetes, além de esquema especial em trens, metrô e barcas, que vão operar por mais tempo com capacidade máxima.

Violência e prejuízos

Os rodoviários dissidentes já fizeram outros três dias de greve este mês. No dia 8, pararam a cidade de surpresa e ainda depredaram mais de 500 ônibus. Os efeitos da paralisação foram devastadores também para o comércio, que teve prejuízo de cerca de R\$ 280 milhões, 70% do faturamento diário do setor. Na semana seguinte, a categoria cruzou os braços por 48 horas.

Representantes dos rodoviários disseram, nesta terça-feira, que a intenção da categoria era iniciar, já a partir desta quarta, greve por tempo indeterminado. Mas como Helio Alfredo Teodoro, um dos líderes do movimento, foi avisado do risco de prisão caso a greve cause transtornos violentos, os grevistas optaram por uma paralisação de 24 horas. Ainda segundo os dissidentes, motoristas e cobradores de Niterói, Caxias e Nova Iguaçu podem aderir ao movimento.

Pouco antes do início da votação, Hélio Teodoro disse que a categoria não abre mão do piso salarial de R\$ 2.200, além de R\$ 400 de vale-refeição.

— A categoria não quer greve, quer sentar e negociar. Mas até hoje o sindicato (Sintraturb) não nos procurou, mesmo com a suspensão da última paralisação. Não vamos abrir mão de que o acordo seja feito antes da Copa — disse, afirmando que é responsabilidade do Sintraturb cumprir a obrigatoriedade de manter uma porcentagem mínima de coletivos rodando durante a greve.

Os dissidentes começaram a se reunir antes das 16h, mas a discussão só começou por volta das 18h, entre o secretário do Sintraturb, Antônio Bustamante, e os dissidentes. Bustamante, que chegou à Candelária acompanhado por dois diretores, disse que foi ao local se prontificar a atender os dissidentes, no sindicato, para iniciar um diálogo. Mas parte do grupo cercou os três, falando que eles só seriam ouvidos se falassem ao microfone. Algumas pessoas começaram a gritar "não nos representa" e a chamá-los de ladrões. Os três tiveram que sair do local escoltados por cerca de 30 policiais do Batalhão de Policiamento de Grandes Eventos (BPGE), que acompanhavam a assembleia.

— Vim no papel de convencer e conscientizar os rodoviários de que nenhuma decisão vai ser mudada — disse Bustamante.

Transtornos em Niterói

Em Niterói, cerca de 40 profissionais impediram que ônibus municipais e intermunicipais entrassem no Terminal Rodoviário João Goulart, no Centro, onde circulam aproximadamente 300 mil pessoas por dia. O grupo era formado por rodoviários, professores e metalúrgicos. A PM foi acionada. A confusão provocou enormes filas nos pontos e complicou o trânsito.

Agência Brasil, 28/05/14

Greve dos rodoviários do Rio será questionada na Justiça do Trabalho

Da Agência Brasil Edição: Stênio Ribeiro

A greve de um grupo dissidente do Sindicato dos Rodoviários do Município do Rio de Janeiro, marcada para esta quarta-feira (28), conforme decisão da assembleia de hoje (27) à noite, será questionada na Justiça do Trabalho pelos empresários do transporte coletivo urbano da cidade.

Em nota, o sindicato das empresas (Rio Ônibus) considera uma afronta à Justiça e à sociedade a proposta de nova paralisação organizada por um grupo dissidente de 150 rodoviários que, desrespeitando decisões judiciais e recorrendo à violência, poderá novamente interromper um

serviço essencial à população, causando grandes prejuízos à cidade do Rio de Janeiro. Para garantir o direito dos moradores da cidade ao transporte público, a entidade solicitará à Justiça a decretação da abusividade da greve e sua imediata suspensão.

"Em decisão recente, o Tribunal Regional do Trabalho reconheceu como único representante legítimo da categoria o Sindicato Municipal dos Trabalhadores Empregados em Empresas de Transporte Urbano de Passageiros (Sintraturb). Desta forma, o movimento dissidente deve ser considerado ilegal e abusivo, por não ter respeitado os requisitos e princípios da lei de greve, como o aviso da paralisação com 72 horas de antecedência", acrescenta a nota.

No comunicado, O Rio Ônibus lembra que no último dia 13 de maio a Justiça, por meio de uma decisão tomada pelo Plantão Judiciário, determinou que os quatro líderes da comissão de rodoviários devem se abster de "promover, participar, incitar greve e praticar atos que impeçam o bom, adequado e contínuo funcionamento do serviço de transporte público, bem como mantenham distância das garagens das empresas consorciadas filiadas ao sindicato".

O empresariado espera que a convocação não seja acatada pela categoria, para que não se repitam as cenas de violência, como a depredação de 705 ônibus, que deixaram milhares de passageiros sem transporte público em três dias de paralisações.

A entidade reafirma o compromisso de diálogo com os rodoviários, desde que aconteça com o representante legal da categoria, o Sintraturb, com o qual já acertou um acordo de reajuste salarial de 10% e de 40% da cesta básica, retroativos ao dia 1º de abril, que já foram pagos neste mês de maio. "O índice de aumento é o maior negociado este ano com rodoviários em todo o país".

Agência Brasil, 28/05/14

Senado aprova PEC do Trabalho Escravo

Mariana Jungmann - Repórter da Agência Brasil Edição: Luana Lourenço

O plenário do Senado aprovou hoje (27), por unanimidade, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Trabalho Escravo, que determina a expropriação de imóveis urbanos e rurais onde seja constatada a exploração de trabalho análogo à escravidão.

Dessa forma, as propriedades em que esse tipo de crime for registrado poderão ser tomadas pelo poder público sem nenhum tipo de indenização aos donos e destinadas a programas de reforma agrária e habitação popular. Atualmente, já existe a previsão legal para expropriação de propriedades apenas no caso de produção de substâncias psicotrópicas.

No entanto, a PEC ainda não terá efeito prático porque, durante a votação, os senadores incluíram uma emenda que submete a regulamentação dela a uma lei complementar. A emenda determina que a expropriação será feita "na forma da lei". Atualmente, um projeto de lei sobre o assunto já está tramitando na Casa, mas ainda não há previsão de votação.

Mesmo assim, a ministra de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, comemorou a aprovação da PEC. Ela passou o dia no Senado articulando a votação da proposta e disse que ela será agora apresentada na convenção internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que acontecerá na próxima semana.

"Levar essa aprovação para a conferência da OIT é uma sinalização importante do Brasil sobre esse assunto, equivale ao que foi a aprovação do Marco Civil da Internet. Nós vamos ser o primeiro país a ter na sua Constituição a possibilidade de expropriação de bens onde seja encontrado trabalho escravo", disse a ministra.

A promulgação da PEC será feita em sessão solene na quinta-feira (5) da próxima semana. O texto foi aprovado com 59 votos favoráveis no primeiro turno e 60 votos favoráveis no segundo turno, sem abstenções nem votos contrários.

Diap, 28/05/14

PEC do Trabalho Escravo vai ser promulgada nesta quinta (29)

Por unanimidade, o plenário do Senado aprovou, nesta terça-feira (27), a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 57A/99, que prevê a expropriação de imóveis rurais ou urbanos em que se verifique a prática de trabalho escravo.

A proposta que tramita há 15 anos no Congresso estabelece a expropriação de terras, rurais ou urbanas, onde for registrada exploração de mão de obra e condições de trabalho análogas ao de escravo. Os terrenos serão destinados à reforma agrária e a programas de habitação popular. Além disso, os proprietários não receberão indenização.

Uma contundente mobilização das centrais e dos sindicatos viabilizou a votação da matéria. Após a votação da proposta, o próximo passo será lutar por uma regulamentação consentânea com a realidade enfrentada pelos assalariados no campo e nas cidades.

Regulamentação

O trabalho consistente deve continuar após a promulgação da proposta. O relator, senador

Romero Jucá (PMDB-RR), do PLS 432/13, que regulamenta o conceito de trabalho escravo e o processo de expropriação de terras rurais e urbanas, já convocou reunião na Comissão Mista de Regulamentação da Constituição para a próxima terça-feira (3).

A pretensão de Jucá é apresentar parecer sobre as emendas oferecidas no plenário do Senado Federal ao projeto regulamentador.

O Dia, 28/05/14

Docentes que não voltarem às salas de aula nesta quarta terão o ponto cortado

Justiça considerou ilegal a greve na rede estadual. Sepe terá de pagar multa de R\$ 300 mil se não suspender paralisação

Rio - A partir desta quarta-feira, os professores estaduais - em greve desde o dia 12 de maio - que faltarem ao trabalho terão o ponto cortado. A desembargadora Leila Mariano, presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, considerou ilegal a greve dos profissionais da rede estadual. Na decisão, publicada nesta terça-feira, a magistrada determina ainda que o sindicato da categoria, o Sepe, suspenda a paralisação, sob pena de multa diária de R\$ 300 mil.

De acordo com a desembargadora, o sindicato demonstrou desinteresse nas negociações com o governo. Leila Mariano lembrou que, segundo o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), o sindicato não apresentou intenção em resolver os pactos firmados anteriormente. E que, "ficou comprovado que o Estado cumpriu com os itens acertados".

"É importante registrar que, na referida audiência (no STF, dia 13/05), o Estado do Rio de Janeiro, em respeito aos professores e aos alunos da rede pública estadual, concordou com a manutenção dos grupos de trabalho e fóruns de debate para o aprimoramento dos temas previstos no acordo", afirmou Leila Mariano, em um trecho de sua decisão.

A magistrada determinou a volta imediata ao trabalho e facultou ao Estado a decisão de cortar o ponto e descontar o salário dos grevistas. Leila Mariano remeteu seu despacho também ao relato, junto ao STF, de que "o Sepe incentivou a categoria dos professores a não trabalharem no mês de janeiro de 2014, o que inviabilizaria a reposição das aulas na forma acordada, fato este corroborado pelo Ministério Público oficiante no âmbito do Estado. Todavia, mesmo diante da ausência de inúmeros professores, o estado adotou todas as medidas visando à reposição das aulas, a fim de assegurar o cumprimento do calendário das aulas e os direitos dos alunos."

Monitor Mercantil, 28/05/14

Menos impostos reduzem a informalidade

Economia subterrânea recua 5,1 pontos em uma década, mas ainda gira R\$ 760 bi

O nível de informalidade da economia voltou a recuar ano passado: 15,9%, contra 16,7%, em 2012. A informação é do Índice de Economia Subterrânea (IES), do Instituto Etco e do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). A informalidade vem em queda desde 2003, quando era de 21%.

Em valores absolutos, a economia subterrânea - produção de bens e serviços não reportada ao governo, e, portanto, à margem do PIB nacional - deve ter girado cerca de R\$ 760 bilhões em 2013.

"O processo de formalização do emprego no país veio para ficar. Fatores como o cada vez menor crescimento demográfico, com a consequente redução de gente no mercado de trabalho, influenciam a queda do desemprego e uma taxa de desemprego baixa favorece a redução da informalidade", avalia o pesquisador do Ibre/FGV Fernando de Holanda Barbosa Filho.

Um dos principais fatores foi a redução de impostos, como a desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia: "A desoneração da folha, teoricamente, deve ter impacto na informalidade, mas não há como afirmar ou fazer uma análise do impacto direto da medida na informalidade, ainda", afirma o Barbosa Filho.

Em 2012, a renúncia fiscal ficou em cerca de R\$ 4 bilhões. Para 2013, deve ter chegado a R\$ 18 bilhões, enquanto para 2014 a perspectiva é de R\$ 34 bilhões.

Ele cita também a influência da melhora do nível geral de escolaridade do brasileiro sobre a queda da informalidade. "Entre 2001 e 2011 houve acréscimo de 22 milhões de pessoas com educação formal", afirma.

Para o presidente-executivo do Etco, Roberto Abdenur, os resultados refletem o aumento do nível educacional e o baixo índice de desemprego, "o que é extremamente positivo para o país".

Portal da CUT

FEM-CUT/SP realiza Plenária Estatutária da Campanha Salarial no dia 28

27/05/2014

Os sindicatos metalúrgicos vão debater a pauta de reivindicações e definirão o calendário de assembleias nas bases

Escrito por: FEM-CUT

Os metalúrgicos da CUT iniciam os preparativos da Campanha Salarial do ramo no Estado de São Paulo. Na próxima quarta-feira, dia (28), a Federação dos Sindicatos Metalúrgicos da CUT (FEM-CUT/SP) realizará, em sua sede em São Bernardo, a Plenária Estatutária da Campanha. A atividade iniciará, às 9h, e reunirá dirigentes e presidentes dos 14 sindicatos metalúrgicos filiados, que representam cerca de 262 mil trabalhadores nos setores automobilístico, máquinas, eletrônicos, autopeças, forjaria, parafusos, trefilação, laminação de metais ferrosos, lâmpadas, estamparia e fundição entre outros no Estado.

A finalidade da Plenária é aprovar os eixos da Campanha Salarial 2014 e definir o calendário das assembleias que os sindicatos metalúrgicos farão nas bases e a data de lançamento. Os trabalhos iniciarão com uma análise da conjuntura política e econômica que será feita pelo ex-ministro de Direitos Humanos, diretor do Instituto Lula e assessor da FEM, Paulo Vannuchi, e a economista da Subseção do Dieese da FEM-CNM/CUT, Caroline Gonçalves, apresentará dados da Campanha Salarial do ramo no País.

Neste ano, serão negociados na Campanha da FEM apenas os itens econômicos, as cláusulas sociais têm validade de dois anos, e estão em vigor até 31 de agosto de 2015. A data-base do ramo metalúrgico é 1º de setembro.

Organização

O presidente da Federação Metalúrgica cutista, Valmir Marques da Silva, Biro Biro, destacou que neste ano mais uma vez o cenário econômico vai colocar à prova a capacidade de organização dos metalúrgicos. "O cenário atual aponta certa dificuldade na negociação, mas também indica recuperação da atividade econômica industrial e nos gera uma expectativa de fazer uma Campanha Salarial vitoriosa, como sempre os metalúrgicos da CUT fizeram, de forma organizada por meio das mobilizações nas fábricas. E tenho certeza que faremos acordos que contemplarão a reposição da inflação, o aumento real nos salários e indicará a nossa Campanha como referência para todos os trabalhadores no País", concluiu.

Base FEM-CUT/SP

A data-base dos metalúrgicos da CUT no Estado de São Paulo, representados pela FEM-CUT/SP, é 1º de setembro. Estarão em Campanha cerca de 220 mil trabalhadores.

Confira os grupos representados pela Federação:

Grupo 2 (máquinas e eletrônicos)

Total: 89,648 mil

Grupo 3 (autopeças, forjaria, parafusos)

Total: 52,182 mil

Grupo 8 (trefilação, laminação de metais ferrosos; refrigeração, equipamentos ferroviários, rodoviários entre outros)

Total: 42,088 mil

Grupo 10 (lâmpadas, equipamentos odontológicos, iluminação, material bélico entre outros)

Total: 24,047 mil

Estamparia

Total: 5,328 mil

Fundição

Total: 3,957 mil

Total: 220,244 mil metalúrgicos em Campanha

Dados atualizados pela Subseção do Dieese da FEM-CNM/CUT até março 2014

Pauta

Plenária Estatutária da FEM-CUT/SP da Campanha Salarial

Data: 28 de maio (quarta-feira)

Horário: a partir das 9h

Local: sede da FEM-CNM/CUT em São Bernardo

Endereço: Av. Antártico, 480 – Jardim do Mar

Portal da CUT

Trabalhadores da Knauf denunciam condições degradantes em Pernambuco

27/05/2014

Sulfato de cálcio, usado para produção de gesso, é retirado a marretadas por terceirizados

Escrito por: Instituto Observatório Social

As condições oferecidas a trabalhadores terceirizados da Knauf em Araripina (PE) têm preocupado os sindicatos da região. Segundo representantes dos trabalhadores da multinacional, a

retirada do sulfato de cálcio, matéria prima para a produção de gesso, é feita por trabalhadores terceirizados em situação precária. A declaração foi feita durante o III Encontro da Rede Sindical da Knauf, que iniciou no dia 19 e terminou na quinta-feira, 22, em Manaus (AM).

Segundo os representantes dos sindicatos, as 27 mil toneladas de sulfato de cálcio que saem por mês da região são retiradas a marretadas por trabalhadores terceirizados. O mineral, quando em contato com os olhos ou com a pele, pode causar irritação e queimaduras. Também pode afetar o trato respiratório e o sistema digestivo, se inalado ou ingerido. A situação, conhecida pelo Ministério Público, é agravada pelo fato de que estes trabalhadores terceirizados não são autorizados pela empresa a ter contato com o sindicato.

Uma vez privados do direito à sindicalização, os terceirizados trabalham em situação de risco à saúde e à segurança, e sem apoio para fazer valer seus direitos. Segundo sindicalistas, a empresa não divulga o nome da empresa prestadora de serviço tampouco as condições contratuais de seus trabalhadores. Por isso, uma das pautas debatidas durante o encontro da Rede Sindical é a elaboração de um plano de ação contra o trabalho precário na planta de Araripina.

A esperança depositada sobre as ações da Rede são justificadas. Durante o encontro, foi lembrada a conquista do aumento da Participação dos Lucros e Resultados (PLR) em algumas plantas a partir da demanda da Rede – caso registrado na Sindplast, em Manaus, por exemplo. Durante o evento, também serão discutidas outras ações para ampliar e fortalecer a rede ao longo de 2014. O objetivo é consolidar o diálogo com a empresa e democratizar as relações de trabalho.

Participam do III Encontro da Rede Sindical da Knauf 15 representantes de sete sindicatos. As atividades encerraram nesta quinta-feira, 22, com uma visita à planta local da empresa, onde é produzido isopor. O encontro faz parte de um conjunto de atividades que visam a promoção de Redes Sindicais em empresas multinacionais, vinculadas ao projeto Promoção dos Direitos Trabalhistas na América Latina. O projeto é uma parceria entre o Instituto Observatório Social, CNQ/CUT, CNM/CUT, Secretaria de Relações Internacionais da CUT, Instituto de Cooperação da CUT, e que conta com o apoio da DBG-Bildungswerk.

Portal da CTB

Mobilização garante avanços dos metalúrgicos da Eaton de Caxias do Sul

A união e a mobilização dos metalúrgicos da Eaton de Caxias do Sul (RS) garantiram avanços nas negociações do PPR (Programa de Participação nos Resultados). Após dois dias de paralisação, os trabalhadores conquistaram um PPR que pode chegar a R\$2.250.

A proposta inicial da empresa era de R\$1.600. A mobilização garantiu a antecipação, paga em junho, de R\$1.500, mais R\$550,00 que será pago em janeiro, e o bônus de R\$200,00, correspondente às expectativas das metas de produção. As horas paralisadas serão negociadas.

Na manhã desta terça-feira, (27), os trabalhadores do turno da manhã retomaram as atividades. Na sexta (23), os metalúrgicos da noite voltaram ao trabalho.

“Sem luta não há conquista. Essa conquista é fruto da mobilização e da união dos trabalhadores, que mesmo com chuva e frio decidiram pela luta e conquistaram avanços”, destacou o vice-presidente do Sindicato, Leandro Velho.

Portal da UGT

Marisa pagará horas extras por não conceder intervalo garantido na CLT às mulheres

27/05/2014

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Marisa Lojas S.A. a pagar a uma empregada, como hora extra, o intervalo de 15 minutos entre a jornada normal de trabalho e o início do período extraordinário, garantido no artigo 384 da CLT, no capítulo que trata da proteção ao trabalho da mulher. Por unanimidade, a Turma deu provimento a recurso da trabalhadora e restabeleceu sentença da 23ª Vara do Trabalho de Curitiba (PR).

A Marisa havia conseguido mudar a sentença por meio de recurso ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR). Em sua fundamentação, o Regional destacou que o artigo da CLT não foi acolhido pelo artigo 5º, inciso I, da Constituição da República, que estabelece igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres. Com isso, a autora da reclamação, contratada na função de caixa, recorreu ao TST.

Ao examinar o recurso, o ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, relator, esclareceu que o Tribunal Pleno do TST, em 17/11/2008, entendeu, por maioria de votos, que a concessão de condições especiais à mulher não fere o princípio da igualdade entre homens e mulheres contido na Constituição e reconheceu, assim, a constitucionalidade do artigo 384 da CLT. O relator destacou que, apesar de seu posicionamento em sentido contrário, seguia a maioria "por obediência", e adotava o entendimento do Tribunal Pleno, enfatizando que decisões recentes do TST no mesmo sentido.

(Lourdes Tavares/CF)

Portal Mundo Sindical

Metalúrgicos da Mitsubishi de Catalão fecham acordo histórico de PLR

Os trabalhadores metalúrgicos da Mitsubishi, em Catalão, aprovaram na manhã desta terça-feira (27), aprovaram o valor da Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

Segundo Carlos Albino, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Catalão (Simecat/GO), a conquista é história. "Essa foi uma importante vitória dos trabalhadores já que há 10 anos o Sindicato negociava com a empresa a PLR", afirmou Albino.

O acordo prevê que cada trabalhador vai receber em média R\$ 10.000 de PLR. "Cerca de R\$ 23 milhões serão destinados para o pagamento da PLR", afirmou o sindicalista que explica que o valor total será parcelado, sendo que a primeira parcela no valor de R\$ 4.000 no dia 05 de novembro e o restante será dividido em partes iguais.

Em novembro ainda será negociado o valor do prêmio, que também faz parte da PLR, que deve alcançar pouco mais de R\$ 2.000,00. O prêmio e o restante do valor serão pagos no dia 20 de março de 2015. "O Sindicato lutou e vai continuar negociando com a empresa para que todos os trabalhadores tenham os mesmos direitos, independente do cargo que ocupam na empresa", finalizou.

Fonte: com informações da Assessoria de Imprensa do Simecat/GO - 27/05/2014

Portal Mundo Sindical

Metalúrgicos da General Motors de São José dos Campos entram em greve por PLR e estabilidade no emprego

Os 5.500 metalúrgicos da General Motors de São José dos Campos entraram em greve de 24 horas nesta terça-feira, dia 27. Em assembleia, os trabalhadores exigiram avanço nas negociações por PLR (Participação nos Lucros e Resultados) e estabilidade no emprego.

A última rodada de negociação entre montadora e Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, ocorrida na segunda-feira, dia 26, terminou em impasse. A GM propôs uma PLR inferior à de 2012 e insiste em manter metas de produção que têm poucas chances de serem atingidas.

Na negociação, o Sindicato reivindicou uma PLR de R\$ 29 mil. A empresa, entretanto, se recusou a atender a reivindicação e considerou as negociações encerradas.

O valor apresentado pelo Sindicato representará apenas 1,24% da previsão de faturamento da fábrica em São José dos Campos em 2014. Nos últimos dois anos, o faturamento cresceu 74%, apesar da redução no número de funcionários. A fábrica de São José dos Campos, altamente lucrativa, deve faturar R\$ 9,2 bilhões em 2014.

"A proposta da GM foi de apenas R\$ 9.700 e não pode nem mesmo ser levada a sério. Isso é uma provocação que não será aceita pelos metalúrgicos. Além disso, os trabalhadores não têm segurança de que conseguirão atingir as metas de produção apresentadas pela GM", disse o presidente do Sindicato, Antônio Ferreira de Barros, o Macapá.

Pela proposta da montadora, os trabalhadores terão de produzir 265 mil automóveis em 2014 para receber R\$ 9.700. Em 2012, cada trabalhador recebeu uma PLR de 16 mil.

Estabilidade

Apesar de todos os incentivos já recebidos pelo governo, as montadoras estão se movimentando para pressionar a presidente Dilma a abrir ainda mais a torneira para o setor. Uma das ferramentas usadas para arrancar mais incentivos do governo são justamente medidas contra os trabalhadores, como férias coletivas e demissões.

A GM, por exemplo, abriu um Programa de Demissão Voluntária (PDV) em todas as suas fábricas no Brasil. A montadora também havia anunciado férias coletivas no mês de junho, mas teve de cancelar diante de atrasos registrados na produção – o que comprova que não existe a crise sugerida pelo setor.

Na assembleia de hoje, os trabalhadores também aprovaram a exigência de que a presidente Dilma Rousseff assine uma medida provisória proibindo as montadoras de realizarem demissões.

"Já passou da hora da presidente Dilma enfrentar as montadoras e assinar essa medida provisória. Os trabalhadores não podem continuar perdendo seus empregos enquanto as montadoras recebem bilhões em incentivos fiscais. Por isso nossa greve é por PLR, mas também por estabilidade no emprego", afirma Macapá.

As negociações de metas de produção para a PLR são feitas em conjunto entre os sindicatos de São José dos Campos e São Caetano.

"A exploração é igual em todas as unidades da GM, por isso o Sindicato de São José dos Campos chama o Sindicato de São Caetano para se somar a essa luta e cobrar da GM uma PLR maior e sem metas abusivas", conclui Macapá.

A GM de São José dos Campos produz os veículos S10 e Trailblazer, além de motores, transmissão e CKD (kits para exportação). Com a greve de hoje, deixarão de ser produzidos 300 veículos, 2.800 motores e 5.300 transmissões.

Greve em outras três fábricas

No setor eletroeletrônico, as greves continuam na Sun Tech (Zona Leste de São José dos Campos), Blue Tech e 3C (ambas em Caçapava), fábricas fornecedoras da LG.

Na Blue Tech e Sun Tech, as trabalhadoras rejeitaram a proposta apresentada pelas empresas em assembleias na manhã desta terça-feira. As negociações continuam ao longo do dia. Nessas empresas, as greves iniciaram na quinta e sexta-feira, respectivamente.

Juntas, as três empresas somam 900 trabalhadoras.

Fonte: Assessoria de Imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos - 27/05/2014

Portal Mundo Sindical

Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba dá posse a Delegados de Fábrica

Os novos delegados de fábrica, eleitos no último mês, tomaram posse na noite desta segunda-feira(26), durante a reunião da diretoria plena do SMC. Ao todo, 22 delegados de 13 empresas foram acolhidos pelo presidente do SMC, Sérgio Butka, e receberam o certificado de posse das mãos dos diretores.

“Com a posse desses delegados fortalecemos e reforçamos a luta por melhores condições dentro das empresas. As eleições ocorreram de forma tranquila e democrática e agora os eleitos vão ter que botar a mão na massa para fazer valer a confiança depositada neles pelos demais trabalhadores”, ressaltou o presidente Sérgio Butka.

Dos 22 delegados, 11 foram reeleitos e 11 exercerão pela primeira vez o mandato, que é de dois anos. Veja quem são os delegados mais abaixo.

O que é um delegado de Fábrica

O Delegado de Fábrica foi instituído através do estatuto do Sindicato para ser mais uma força na luta pela melhor organização do local de trabalho e pelos direitos dos trabalhadores dentro da fábrica. Quanto mais representantes tiver o trabalhador, mais forte fica a luta por mais direitos e maiores serão as conquistas! O mandato dos novos delegados é de dois anos.

O que faz um Delegado de Fábrica

- participa dos cursos de formação política e sindical do SMC
- atua sendo o elo entre os trabalhadores, a empresa e o Sindicato
- luta pela melhor Organização do Local de Trabalho
- Ouve e organiza as reivindicações, críticas e sugestões dos trabalhadores
- promove a conscientização dos trabalhadores acerca dos seus direitos

Diretoria faz balanço e continua com as bandeiras de luta para o próximo semestre

Após a posse, a diretoria deu início a sua reunião mensal. Além de um balanço dos acordos feitos durante o semestre, o Sindicato estará intensificando a luta pela aprovação do projeto Eleições Limpas, que combate a corrupção eleitoral, em plano federal, pela aprovação no Paraná do projeto Março Laranja, que combate a violência contra as mulheres; e também estará levantando a bandeira sobre a situação da saúde no Brasil, através de audiências públicas sobre o tema.

“Hoje fizemos um retrospecto do que aconteceu neste mês. Tivemos negociações e acordos importante como na Volvo, na Brafer e outras empresas, o que mostra que Sindicato tem lutado pela mobilização do trabalhador. Agora no segundo semestre vamos continuar com projetos importantes como o Eleições Limpas e o Março Laranja. Na categoria metalúrgica estaremos intensificando a luta na busca de melhores condições de trabalho, combatendo os locais insalubres dentro das empresas e que tem causado diversos acidentes, mutilado diversos trabalhadores.

Estaremos atuando junto ao ministério público para coibir as empresas que não se preocupam com a saúde e segurando do trabalhador”, resumiu o presidente Sérgio Butka.

Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba - 27/05/2014

Portal da CUT

CNM/CUT promove curso de igualdade racial com dirigentes de todo país

27/05/2014

Objetivo é criar Coletivo Nacional de Igualdade Racial a partir do segundo módulo do curso

Escrito por: CNM - CUT

Começou nesta segunda-feira (26) o primeiro módulo do Curso de Formação Sindical

“Combate ao Racismo para a Construção da Igualdade Racial”, promovido pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT). A atividade, que se estende até sexta-feira (30), no Instituto Cajamar, interior de São Paulo, conta com a participação de 30 dirigentes de todo país.

No primeiro módulo estão sendo abordados os seguintes temas: a África nossa de cada dia - passado, presente e futuro; a contribuição dos africanos para o desenvolvimento humano universal; as matrizes africanas do Brasil; colonialismo, racismo e luta de classes; racismo no Brasil; a luta dos trabalhadores e a questão racial; e desafios contemporâneos para a promoção da igualdade racial. Além disso, está programado um teatro-fórum, uma atividade para socializar as histórias de vida relacionadas ao racismo.

Na abertura do curso, a secretária de Igualdade Racial da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, Christiane Aparecida dos Santos, falou sobre a criação do Coletivo Nacional de Igualdade Racial a partir do segundo módulo do curso, previsto para novembro. "A atividade tem como objetivo fortalecer o debate da questão racial nos sindicatos e federações. E, posteriormente, no segundo módulo, culminar com a criação do Coletivo. É o compromisso do movimento sindical lutar pela igualdade, principalmente na questão racial, pois sabemos que os negros recebem salários mais baixos e ocupam postos de trabalhos mais precários", disse.

O presidente da CNM/CUT, Paulo Cayres, marcou presença no início do curso e enfatizou a importância da história para aprofundar a consciência sobre a questão racial no país. "Não é uma atividade somente para negros. É um curso para aqueles que militam na área, para quem é contra o racismo e acredita que a sociedade não deva ter desigualdades. É uma discussão que precisa sair da sala de aula e ser repassada aos companheiros e companheiras que não tiveram a oportunidade de estar aqui", comentou.

O presidente do Inspir (Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial), Ramatis Jacino, fez um breve relato sobre as ações do Instituto. "O Brasil é uma mistura racial. A missão do Inspir é proporcionar conhecimentos aos dirigentes sindicais para a luta eficaz contra a discriminação, com ética, visão humana e social. Somos agentes multiplicadores que quer uma sociedade desenvolvida, justa e diversa", salientou.

Estão participando do curso dirigentes dos sindicatos de metalúrgicos mineiros de Extrema, Pouso Alegre, Belo Horizonte/Contagem, João Monlevade e Juiz de Fora (MG), de Feira de Santana (BA), São Leopoldo (RS), os paulistas Sorocaba e São Carlos, e os estaduais do Amazonas, Espírito Santo e Ceará. Com o objetivo de também integrar e fortalecer o Macrossetor da Indústria da CUT, formado por metalúrgicos, químicos, têxteis, trabalhadores na construção e na alimentação, também foram convidados sindicalistas dos demais setores. Assim, o curso tem a presença de dirigentes da Confederação Nacional do Ramo Químico (CNQ) do Rio Grande do Norte e da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Vestuário de São Paulo (CNTV/CUT). As duas outras categorias não puderam participar.

Portal da CUT

Há dois meses, líder quilombola está afastado de sua comunidade por ameaças de morte 27/05/2014

José Carlos Lopes, da comunidade de Castainho, vem recebendo fortes ameaças de morte em decorrência de sua luta pela demarcação do território onde vive

Escrito por: Comissão Pastoral da Terra Nordeste II

Um dos principais líderes quilombolas do estado de Pernambuco, José Carlos Lopes, 58, encontra-se há cerca de dois meses afastado de sua comunidade e vivendo sob a proteção do Programa de Defensores de Direitos Humanos do Estado. Presidente da Associação da comunidade Quilombola de Castainho, localizada no agreste de Pernambuco, o quilombola vem recebendo fortes ameaças de mortes em decorrência de sua luta pela demarcação do território quilombola onde vive desde que nasceu.

As ameaças são feitas por um dos proprietários não-quilombola, que não concordou com o valor da indenização e com a decisão judicial de ser retirado do território demarcado da comunidade. De acordo com José Carlos, as ameaças acontecem desde 2012, quando o INCRA, ao dar andamento ao processo de desinversão, averiguou que o homem não tinha o registro do imóvel que se dizia proprietário e que por isso, não receberia a indenização esperada.

Mesmo sendo oficialmente despejado da área, o proprietário ainda tem acesso cotidiano ao território de Castainho, o que aumenta ainda mais a insegurança das famílias quilombolas. José Carlos, no entanto, desde o dia 17 de março não pode ir à comunidade em que nasceu e se criou por causa das ameaças e ainda não há previsão de quando poderá retornar ao Quilombo. Ainda que todos os procedimentos de desinversão do território e de segurança do líder ameaçado estejam em andamento, outras medidas precisam imediatamente ser colocadas em prática. Para a Comissão Pastoral da Terra, que acompanha a luta da comunidade desde o início, é urgente que as situações de ameaças cheguem definitivamente ao fim, que o Estado estabeleça mecanismos que possam garantir o retorno do líder quilombola à comunidade e que as famílias possam viver livres e seguras em seu território.

"A situação está muito difícil porque nós temos o hábito de viver no campo, acordar de manhã pra trabalhar, temos a liberdade em nossa comunidade. Agora eu tenho que viver privado de tudo, dentro de uma casa, longe da comunidade. Eu tenho o direito de permanecer no meu território, na minha comunidade, sou quilombola, mas não posso estar lá. Enquanto isso, quem não deve estar na comunidade, está lá", denuncia José Carlos.

José Carlos ressaltava que situações como a que vive tem sido comum em muitas comunidades quilombolas em todo o país. "Esta situação se repete em muitas comunidades quilombolas em Pernambuco, na Bahia, no Maranhão e no país inteiro tem quilombola ameaçado", afirma. "A questão é que o Governo, mesmo tomando medidas pontuais para o caso, não está preocupado com as comunidades quilombolas do país e a demarcação definitiva de seus territórios. Está preocupado com o agronegócio e com a Copa. Esta é a situação que enfrentamos", conclui.

Comunidade Quilombola de Castainho: Uma história a contar

A Comunidade Quilombola de Castainho há décadas tornou-se um exemplo de luta pela efetivação dos direitos e pela demarcação dos territórios quilombolas no estado e no país. O quilombo ficou nacionalmente conhecido por ser a primeira comunidade pernambucana a receber o título da Fundação Palmares, em maio de 1997, após vários anos de luta das famílias. Castainho, juntamente com a comunidade de Conceição das Crioulas, também foi a primeira a passar pelo processo de demarcação territorial no estado. O exemplo da luta de Castainho repercutiu e inspirou outras comunidades do entorno a lutarem pelo reconhecimento da identidade quilombola e pela demarcação de seus territórios.

Portal Gestão Sindical

Cerca de 3,2 milhões de pessoas vão perder o emprego em 2014, diz OIT

27/05/2014 por Folha.com

O desemprego crescerá este ano em cerca de 3,2 milhões de pessoas, fazendo com que o número acumulado de pessoas sem trabalho no mundo fique em torno de 203 milhões, segundo cálculos divulgados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

No relatório "O Mundo do Trabalho 2014: Desenvolvimento com Empregos", a OIT espera que durante este ano ocorra um aumento do desemprego inferior ao de anos anteriores.

As estatísticas mostram que, em 2013, o desemprego mundial se situou em "pouco menos de 200 milhões de pessoas" e os economistas da organização "estimam que o desemprego aumente em 3,2 milhões em 2014".

"Para 2019, considerando as atuais tendências, o desemprego alcançará 213 milhões de pessoas", segundo o texto.

Em relação ao percentual de pessoas desempregadas, a OIT prevê que este se mantenha estável, em torno de 6% da população economicamente ativa até 2017.

Durante os próximos cinco anos, 90% dos empregos serão criados em países emergentes e em desenvolvimento, o que é positivo, pois a OIT considera que essas economias necessitarão gerar 200 milhões de novos empregos dos 213 que serão necessários no mundo todo "para fazer frente a uma população economicamente ativa cada vez mais numerosa".

Isso significa que os países em desenvolvimento deverão criar 40 milhões de empregos por ano, o que, segundo a OIT, terá um impacto "significativo" sobre os fluxos migratórios.

Isso ocorrerá devido a um aumento no fluxo de imigração no eixo Sul-Sul, mas também será acentuada a incipiente tendência de mais emigrantes de países ricos em nações em desenvolvimento com economias em ebulição.

Em relação aos dados, o relatório mostra que um total de 231,5 milhões de pessoas viviam em 2013 em um país diferente do seu de origem.

Um dos aspectos positivos destacados pela OIT é que o processo de convergência econômica entre os países em desenvolvimento e as economias desenvolvidas "ganhou impulso".

Entre 1980 e 2011, a renda per capita nos países em desenvolvimento aumentou 3,3% ao ano, em média, um número muito superior ao aumento médio de 1,8% registrado nas economias desenvolvidas.

Os países que mais progressos alcançaram são os que investem em "empregos de qualidade", segundo a OIT, que destacou que "as nações que tiveram sucesso especial em reduzir o efeito do emprego vulnerável no início da década de 2000 registraram um notável crescimento econômico após 2007".

Os economistas da OIT destacaram que nos países nos quais o número de trabalhadores pobres diminuiu mais fortemente desde o início da década de 2000, a renda por habitante aumentou 3,5% em média entre 2007 e 2012.

No caso das nações em que, desde o princípio da década de 2000, a redução de trabalhadores pobres foi menor, a renda per capita aumentou "apenas" 2,4%.

Apesar dessas tendências positivas, mais da metade dos trabalhadores do mundo em desenvolvimento, cerca de 1,5 bilhões de pessoas, se encontram em situação trabalhista vulnerável.

A OIT calcula que cerca de 839 milhões de trabalhadores nos países em desenvolvimento ganham menos de US\$ 2 por dia.

Diante dessa realidade, para a OIT é fundamental promover uma capacidade produtiva diversificada, "ao invés de se limitar à liberalização do comércio".

A OIT acredita também que "é preciso fortalecer as instituições do mercado de trabalho, ao invés de ignorar as normas aplicáveis", e que se deve utilizar a proteção social para promover o emprego de qualidade e o desenvolvimento, "não unicamente como rede de segurança para a população mais desfavorecida".

Além disso, deve-se garantir uma "evolução equilibrada da renda para evitar os prejuízos que acarretam as desigualdades", reivindicou a organização em seu relatório.

De fato, destacou que a desigualdade de renda cada vez maior "é um fato" que não afeta somente às nações em desenvolvimento, mas também os países desenvolvidos.

Portal da CTB

Eleições colocam em xeque o futuro da Europa

Os resultados das eleições para o Parlamento Europeu, realizadas no domingo (25) sinalizam um perigoso avanço da extrema direita no velho continente.

Ela sai do pleito festejando vitória na França, Grã-Bretanha e Dinamarca e cresce em países como Áustria, Hungria e Grécia. A mensagem que predominou nas urnas é de rejeição ao projeto de integração que vem sendo conduzido pela União Europeia sob a liderança da Alemanha e França.

No conjunto, a bancada dos chamados eurocéticos – que envolve forças políticas de esquerda e extrema direita e é contra a União Europeia e o euro – deve subir dos atuais 33 para cerca de 130 deputados.

O avanço reflete a crescente insatisfação dos povos que habitam a região com os rumos neoliberais da integração e a persistente crise econômica, bem como um renascimento do nacionalismo.

As políticas de austeridade fiscal impostas pelos governos europeus agravou a estagnação econômica, elevou a taxa de desemprego e subtraiu muitas conquistas da classe trabalhadora, arrochando salários e reduzindo e flexibilizando direitos, especialmente em relação às aposentadorias, desmantelando o chamado Estado de Bem Estar Social. O mal estar dos trabalhadores e trabalhadoras é notório e o clima político está azedando.

O maior avanço da extrema direita foi verificado na França, onde a Frente Nacional, liderada por Marine Le Pen, abocanhou 25% dos votos, enquanto o partido de centro-direita ficou com 20,3% e o Partido Socialista do presidente Hollande conseguiu apenas 14% dos votos. A campanha de Le Pen foi centrada na palavra de ordem nacionalista "Não a Bruxelas, sim à França".

"Essa eleição é um terremoto", afirmou o primeiro-ministro francês, Manuel Valls. Os resultados refletem o impasse a que o neoliberalismo burguês está conduzindo o velho continente, a ruptura do pacto social traduzido no Estado de Bem Estar Social, o acirramento da luta política e das contradições entre as nações que compõem o bloco europeu.

O avanço da extrema direita - cuja falsa propaganda, fundada na xenofobia, obscurece o caráter capitalista da crise e aponta os imigrantes como a grande causa dos problemas que perturbam a região, preconizando a intolerância e o autoritarismo neonazista como saída – é uma aposta da burguesia financeira e uma deriva preocupante da crise, que lembra Hitler no caminho da Grande Depressão dos anos 30 do século passado.

O dilema europeu parece estar cobrando uma solução radical. O desafio das forças mais consequentes da esquerda europeia, que também obteve modestos avanços no pleito, é apresentar uma outra alternativa, capaz de contemplar os anseios da classe trabalhadora e mobilizar os povos em defesa do bem estar social, do pleno emprego, da democracia e do socialismo.

Umberto Martins - Portal CTB

Organizado por Ernesto Germano